



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 150547 - MG (2021/0223993-4)

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
RECORRENTE : B S R (PRESO)
ADVOGADO : HEL MARQUES DE OLIVEIRA FILHO - MG162929
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
CORRÉU : A DOS S M
CORRÉU : D T F

DECISÃO

Cuida-se de recurso em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por B. S. R. contra decisão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS (HC n. 1.0000.21113144-6/000).

O recorrente teve decretada prisão preventiva em seu desfavor "em razão do delito tipificado no artigo 155, §4º, IV e artigo 288, parágrafo único, combinado com o artigo 14, inciso II, do Código Penal" (fl. 282).

Sustenta estar suportando constrangimento ilegal diante da carência de fundamentação da decisão que decretou sua prisão preventiva, porquanto ausentes os requisitos autorizadores insertos no art. 312 do Código de Processo Penal.

Afirma que, nos termos dos arts. 317 e 318, inciso II, do Código de Processo Penal, por se encontrar extremamente debilitado por motivo de doença grave, deveria ser beneficiado com a substituição do cárcere por recolhimento domiciliar, mediante a incidência das medidas cautelares alternativas.

Aduz que o tratamento médico não poderia ser prestado dentro do estabelecimento prisional, devendo ser observados os termos da Recomendação CNJ n. 62/2020.

Requer, liminarmente e no mérito, a substituição do cárcere por recolhimento domiciliar, ainda que mediante a incidência de medidas cautelares alternativas previstas no art. 319 do Código de Processo Penal, expedindo-se o competente alvará de soltura em seu favor.

É, no essencial, o relatório. Decido.

O deferimento de liminar em *habeas corpus* é medida excepcional, cabível apenas em hipóteses de patente ilegalidade, demonstrada de plano.

No que diz respeito à aplicação da Recomendação CNJ n. 62/2020, ressalte-se que o STJ firmou o entendimento de que a flexibilização da medida extrema não ocorre de forma automática (AgRg no HC n. 574.236/SP, relator Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, DJe de 11/5/2020; e HC n. 575.241/SP, relatora Ministra Laurita Vaz, DJe de 3/6/2020).

Para tanto, é necessária a demonstração de que o paciente preenche os seguintes requisitos: a) inequívoco enquadramento no grupo de vulneráveis à covid-19; b) impossibilidade de receber tratamento no estabelecimento prisional em que se encontra; e c) exposição a mais risco de contaminação no estabelecimento prisional do que no ambiente social (AgRg no HC n. 561.993/PE, relator Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, Quinta Turma, DJe de 4/5/2020).

No caso, a parte impetrante não demonstrou a flagrante ilegalidade da decisão atacada, principalmente porque o relator na origem expôs o seguinte (fl. 273):

Por fim, quanto à alegação de que a manutenção da custódia cautelar ocasionaria risco de contágio pela COVID-19, consigna-se que o paciente não se amolda nos casos especiais de grupo de risco explicitados pelos órgãos de saúde, que devem, preferencialmente, terem suas prisões preventivas revisadas. Isto porque, não trouxe à baila qualquer documento que demonstrasse que o mesmo possui vulnerabilidade prévia à infecção, além do simples fato de estar encarcerado. Ora, a mera menção da atual situação epidemiológica mundial, consistente na propagação da pandemia do COVID-19, não justifica, por si só, a revogação da prisão preventiva do paciente, quando elementos outros recomendam a custódia cautelar.

Não se verifica, portanto, em juízo sumário, o desrespeito à Recomendação CNJ n. 62/2020.

Ademais, considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito do recurso, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 17 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente